

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
CURSO DE LICENCIATURA

GUILHERME SOUZA PIRES

**O QUE PENSAM OS REEDUCANDOS SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA
NO COLEGIO ESTADUAL DONA LOURDES
ESTIVALETETEIXEIRA?**

GOIÂNIA
2016

GUILHERME SOUZA PIRES

**O QUE PENSAM OS REEDUCANDOS SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA
NO COLEGIO ESTADUAL DONA LOURDESESTIVALETE
TEIXEIRA?**

Projeto de Monografia apresentado à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás, como etapa única do processo de Conclusão de Curso – Trabalho Final de Curso, para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

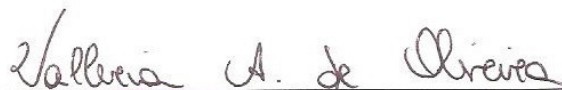
Orientadora: Prof^a Ms. Valleria Araújo de Oliveira

GOIÂNIA
2016

GUILHERME SOUZA PIRES

**O QUE PENSAM OS REEDUCANDOS SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA
NO COLEGIO ESTADUAL DONA LOURDES ESTIVALETE
TEIXEIRA?**

Goiânia, 22 de julho de 2016.



Profa. Valleria Araujo de Oliveira
Orientadora

DEDICATÓRIA

Eu dedico este trabalho a todos os meus familiares que sempre estiveram ao meu lado me ajudando apoiando e incentivando, amigos os quais também fazem parte da minha família e professores que contribuíram com minha formação desde a alfabetização.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço aos meus pais por todas as oportunidades que proporcionaram sendo uma delas o acesso a UFG – Educação Física (licenciatura), a minha irmã e namorada que tanto me apoiaram e ajudaram nos momentos de dificuldade da construção deste trabalho.

Aos meus familiares e amigos que acompanharam toda a minha trajetória na faculdade.

A professora orientadora deste trabalho Valleria, por seu tempo, dedicação, orientações e correções.

A professora do núcleo temático pelos conselhos, sabedoria, orientações e compromisso para com seus alunos.

Ao Colégio Dona Lourdes Estivalette Teixeira - em especial o Prof. de Educação Física e a Vice-Diretora da escola - por proporcionarem a possibilidade de desenvolvimento deste trabalho, por ter me acolhido e ajudado e estarem sempre dispostos a contribuir para a pesquisa

Aos demais professores que contribuíram para a minha formação no curso de graduação supracitado.

EPÍGRAFE

“Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes”.

Albert Einstein

RESUMO

Objetivo: Compreender como o aluno reeducando do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira vê a Educação Física oferecida nesta instituição de ensino. Pesquisa qualitativa, cujo método de abordagem do objeto de estudo foi a fenomenologia e o método procedimental foi o investigativo. Para dar suporte ao método investigativo foram utilizadas entrevistas. Foi utilizado a proposta de Bardin (2009), denominada análise de conteúdo. O Campo pesquisado foi o Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira, situado dentro da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, localizada no interior do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás. Verificou-se que a maior parte dos alunos entende a Educação Física como uma maneira de melhorar a saúde e que enxergam a Educação Física oferecida na instituição como “fundamental”, “excelente” e “importante”. Observou-se que os alunos compreendem que a Educação Física traz benefícios e que a grande maioria dos alunos entende que estes se referem à saúde. Através das entrevistas os alunos pontuaram ter um bom relacionamento com o professor de Educação Física. Logo, considerou-se que os alunos privados de liberdade da instituição avaliada enxergam a Educação Física como essencial e que quando adequadamente conduzida, a mesma pode vir a contribuir para a reinserção social destes alunos, com maiores probabilidades de não voltarem a praticar crimes.

Palavras-chave: Execução penal, Ressocialização, Educação de Jovens e Adultos, Educação Física.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 EXECUÇÃO PENAL.....	10
2.2 ESTABELECIMENTOS PENAIS.....	11
2.3 RESSOCIALIZAÇÃO.....	12
2.4 EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO.....	13
2.5 EDUCAÇÃO FÍSICA E RESSOCIALIZAÇÃO.....	16
2.6 EDUCAÇÃO FÍSICA NO COLÉGIO ESTADUAL DONA LOURDES ESTIVALETE TEIXEIRA.....	19
3. METODOLOGIA.....	21
4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS REEDUCANDOS.....	24
4.1 DADOS ESTATÍSTICOS RESULTANTES DA ENTREVISTAS.....	24
4.1.1 VISÃO DOS ALUNOS SOBRE O QUE É EDUCAÇÃO FÍSICA.....	24
4.1.2 VISÃO DOS ALUNOS QUANTO À EDUCAÇÃO FÍSICA OFERECIDA NO COLÉGIO.....	25
4.1.3 CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO COTIDIANO E NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO.....	29
4.1.4 RELACIONAMENTO ALUNO/PROFESSOR.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
ANEXO A – SUMULA DE AVALIAÇÃO.....	38

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar é uma disciplina curricular obrigatória de bastante relevância para sociedade, pois, é de suma importância para o processo de desenvolvimento integral do ser humano tornando-o mais dialético e com uma maior liberdade de pensamento. Através dela podemos não só trazer benefícios vitais, mas também no que tange uma relação de sujeito e sociedade (VARGAS, 1990).

Para a elaboração deste trabalho, partiu da dúvida, como os adultos privados de liberdade que frequentam a Escola Colégio Dona Lourdes Estivalet Teixeira veem as aulas de Educação Física? Visto que a inserção desta disciplina no currículo escolar possa contribuir para a reinserção social destes alunos, com maiores probabilidades de não voltarem a praticar crimes.

O tema desta investigação se justifica em duas instâncias: pela proximidade do pesquisador com o campo pesquisado, o pesquisador é servidor público do Estado, na função de Vigilante Penitenciário Temporário e exerce como auxiliar administrativo na Penitenciária Cel. Odenir Guimarães, e também pelo interesse do pesquisador sobre as diversas possibilidades de intervenção na EF escolar e a necessidade do conhecimento científico acerca da Educação Física no processo de ressocialização do privado de liberdade.

A relevância acadêmica deste tema tangencia na ampliação do acervo de publicações sobre esse assunto e na discussão com a direção da escola trabalhada sobre os resultados desta pesquisa, visando aprimorar a EF oferecida pelo colégio, com possíveis ganhos ao aprendizado e ressocialização dos reeducandos desta instituição. Ressalta-se que se manteve sigilo sobre a identificação dos alunos, que foram tratados neste trabalho por meio de nomes fictícios.

Logo, a relevância social dessa investigação se apresenta como uma proposta que abarcam conhecimentos para se discutir sobre a Educação Física como fator contribuinte para a ressocialização dos privados de liberdade, com conseqüente e provável diminuição da reincidência, o que beneficiaria a sociedade em geral. Podemos vislumbrar um campo fértil para o debate sobre as problemáticas que envolvem a Educação Física como fator contribuinte para a ressocialização.

Nesse contexto, esta pesquisa apresenta como objetivos compreender como o reeducando do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivalet Teixeira vê a Educação Física oferecida nesta instituição de ensino, investigar como a EF pode contribuir no cotidiano,

verificar se os reeducandos consideram as aulas de Educação Física importantes para seu processo de ressocialização e identificar como é a relação aluno/professor.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Conhecer os objetivos da Lei de Execução Penal Brasileira dos estabelecimentos penais e da ressocialização dos privados de liberdade é de fundamental importância para compreender como os reeducandos do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivalet Teixeira percebem a EF nesta unidade de ensino. Nesta perspectiva, esse capítulo trata-se de uma revisão da literatura a cerca dessas temáticas, visando contribuir para melhor entendimento do contexto deste trabalho.

2.1 EXECUÇÃO PENAL

Visando melhor compreensão sobre a temática da Educação Física de jovens e adultos privados de liberdade, considerou-se necessário realizar um apanhado bibliográfico sobre como se dá a execução das penas no estado Brasileiro, que atualmente segue a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 e suas alterações, sendo que está instituída a Lei de Execução Penal deste país.

A Execução Penal inicia após a sentença judicial transitada em julgado e o devido processo legal. É a fase na qual o Estado efetiva as disposições de sentença ou decisão criminal do condenado e do internado, a fim de garantir a punição por meio da imposição de uma pena ao transgressor das regras de convivência social.

Nesse contexto, Capez afirma:

Pena é a sanção penal de caráter aflitivo, imposta pelo Estado, em execução de uma sentença, ao culpado pela prática de uma infração penal, consistente na restrição ou privação de um bem jurídico, cujas finalidades são aplicar a retribuição punitiva ao delinquente, promover a sua readaptação social e prevenir nova transgressão pela intimidação dirigida à coletividade (CAPEZ, 2007, p. 17).

Dessa maneira, observa-se que o Estado se relaciona com o condenado por meio da Execução Penal. A execução penal no Estado brasileiro deve seguir a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal (LEP). Segundo esta lei, a execução penal tem por

objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Além disso, a Lei de Execução Penal prevê que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, sendo que essa assistência deve ser material (fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas), à saúde (de caráter preventivo e curativo, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico), jurídica (destinado aqueles sem recursos financeiros para constituir advogado), educacional (instrução escolar e formação profissional), social (tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade) e religiosa (com liberdade de culto, é permitida a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa) (BRASIL, 1984).

Obrigação do Estado de garantir condições físicas e humanas para que os condenados cumpram esta pena de maneira digna e humana, o que infelizmente não é o que vemos hoje em dia. Sendo assim, cabe ao Estado cumprir a legislação vigente de maneira adequada e que está garantida os direitos e deveres dos privados de liberdade.

Nesse sentido, Antônio José Miguel Feu Rosa faz a seguinte observação:

“Em outros tempos a mera condição de preso importava na perda de todos os direitos. O preso perdia todos os seus bens, sua família, toda e qualquer proteção da lei, e, como condenado, passava a não ter direito algum. Hoje o preso deixou de ser objeto do Direito Penal para ser pessoa de Direito, num sentido amplo (ROSA, 1995, p. 83). “

Sendo assim, verifica-se que a Execução Penal pressupõe um conjunto de deveres que os condenados devem cumprir, mas também de direitos que cabe ao Estado garantir para que o objetivo da execução penal seja realmente satisfeito, ou seja, que sejam efetivadas as disposições da sentença ou decisão criminal, proporcionando condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

2.2 ESTABELECIMENTOS PENAIIS

Segundo a LEP, os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso. Os estabelecimentos penais são constituídos pela Penitenciária, Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, Casa do Albergado,

Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, Centro de Observação e Cadeia Pública (BRASIL, 1984).

Cada tipo de estabelecimento penal destina-se a finalidades distintas, sendo que: a Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado, a Colônia Agrícola, Industrial ou Similar ao cumprimento da pena em regime semiaberto, a Casa do Albergado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de final de semana, o Centro de Observação serve para realizar os exames gerais e o criminológico, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis, enquanto que a cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios (BRASIL, 1984).

Todos os estabelecimentos penais, conforme a sua natureza deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva (BRASIL, 1984).

Contudo, os estabelecimentos penais brasileiros não cumprem totalmente estes itens. Segundo Guilherme de Souza Nucci:

“Se todos os dispositivos do Código Penal e da Lei de Execução Penal fossem fielmente cumpridos, há muitos anos, pelo Poder Executivo, encarregado de construir, sustentar e administrar os estabelecimentos penais, certamente o crime não estaria, hoje, organizado. A realidade distanciou-se da lei, dando margem à estruturação do crime, em todos os níveis. Mas, pior, organizou-se a marginalidade dentro do cárcere, o que é situação inconcebível, mormente se pensarmos que o preso deve estar, no regime fechado, á noite, isolado em sua cela, bem como, durante o dia, trabalhando ou desenvolvendo atividades de lazer ou aprendizado (NUCCI, 2011, p. 420)”.

Dessa maneira, verifica-se que o sistema prisional brasileiro vivencia grandes dificuldades de execução da legislação, de modo que percebemos ser a lei bastante diferente da realidade dentro dos estabelecimentos penais. Nesse sentido, acredita-se que se faz necessário um comprometimento político e social na realização de mudanças que possibilitem cumprimento da LEP, com maiores oportunidades de efetiva ressocialização do reeducando.

2.3 RESSOCIALIZAÇÃO

A ressocialização tem como objetivo a humanização da pena, implicando sua essência teórica, numa orientação humanista, passando a focalizar o detento como o centro da reflexão científica. Nessa perspectiva, a pena de prisão deve ser compreendida com nova finalidade,

com um modelo que aponta que não basta castigar o indivíduo, mas orientá-lo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira efetiva, evitando com isso a reincidência. A alta taxa de reincidência observada ao longo dos anos confirma que é necessária a aplicação de novos métodos de tratamento penal. Somente com a reabilitação do ser humano ao convívio social, será possível que este retorne a sociedade e não aumente o número de reincidência criminal (SILVA, 2003).

No entanto, no Brasil a realidade prisional ainda se apresenta muito distante daquilo que seria fundamental para realmente conseguir os ideais da ressocialização, o que inviabiliza a hipótese da redução da delinquência e da reincidência.

Conforme Elizangela Lélis da Cunha, para pensar o papel ressocializador das ações educativas dentro da prisão é necessário:

“Verificar e garantir que elas elevem o conhecimento dos reeducandos, dando-lhes oportunidades de uma maior e melhor formação e qualificação profissional, possibilitando o acesso a bens materiais e emocionais que permitam uma nova visão da realidade, uma construção identitária digna, porém, sem rever os mecanismos de sociabilidade burguesa que se instalaram como princípios de nossa sociedade desde sua colonização, não haverá espaço efetivo para possibilidades de reintegração do indivíduo após o cumprimento da pena. Dessa forma, para que haja de fato uma mudança de atitude, a garantia de oportunidades é primordial, tanto no que se refere à melhor formação educacional como à qualificação profissional; já que isso se faz primordial na atualidade para que cada indivíduo consiga tornar-se competitivo na disputa pelo mercado de trabalho e inserção social” (CUNHA, 2011).

2.4 EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

Até meados de 50, acreditava-se que a simples detenção do indivíduo seria capaz de transformá-los. A concepção era de que o enclausuramento faria os mesmos repensarem sua existência e assim estariam novamente aptos para saírem da prisão e retornar ao convívio em sociedade. Contudo, ao longo dos anos percebeu-se que este pensamento foi frustrado, uma vez que, grande parte dos detidos não se transformava apenas com a detenção, e consequentemente os índices de criminalidade e reincidência não reduziram. Segundo Foucault (1987, p.292), “logo a seguir, a prisão, em sua realidade e seus efeitos visíveis, foi denunciada como o grande fracasso da justiça penal”.

Dessa maneira, até esse momento, os presídios eram utilizados somente para deter os presos e não existia intenção de ressocializá-los. Assim como não existia nenhuma forma de

trabalho nem ensino para os encarcerados. Entretanto, com a constatação da falta de sucesso desse modelo de prisão, buscaram-se novos métodos para serem utilizados dentro do sistema prisional, ocasionando no surgimento da educação escolar nos presídios (FOUCAULT, 1987).

Assim, a educação dentro dos presídios começou apenas a partir de 1950, com o desenvolvimento dentro das prisões de programas de tratamento. Nesse contexto, Foucault (1987, p.224) ressalta que: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”. Este mesmo autor (1987, p.297) acrescenta: “Só a educação pode servir de instrumento penitenciário”.

A necessidade da educação nos estabelecimentos penais objetiva duas finalidades bastante esperadas pela sociedade: coibir a ociosidade nesses estabelecimentos, que, segundo alguns especialistas da justiça e da execução penal, geram maior propensão à reincidência, e dar ao condenado a oportunidade de, quando em liberdade, ter uma opção para o exercício de alguma atividade profissional, para a qual seja exigido um mínimo de escolarização, o que também reduziria a reincidência. Dessa forma, retirar a população carcerária da ociosidade e dar a elas a oportunidade de estudar, não constitui privilégio – como alguns insistem em afirmar –, mas sim uma proposta que atende os interesses da própria sociedade e o cumprimento da lei (JULIÃO, 2014).

Nesse sentido, segundo Elionaldo Fernandes Julião:

“Importantes passos foram dados no Brasil, nos últimos anos, principalmente com a aprovação das Resoluções nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), e nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 19 de maio de 2010, que aprovam as “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação no Âmbito do Sistema Prisional”. Ambas garantem que a educação seja implementada pelos órgãos responsáveis pela política de educação na sociedade brasileira. Ou seja, deixa de ser um projeto implementado pelos gestores da execução penal para ser uma política de educação nacional fundamentada em princípios legais que garantem os direitos do apenado como cidadão e não simplesmente como um preso (JULIÃO, 2014).

Dentro desse contexto, Corrêa e Calado (2015), ao estudar a educação de jovens e adultos, como parte do processo de ressocialização em uma unidade prisional do Espírito Santo, verificou que a educação possui papel fundamental no retorno desse recluso a vida em sociedade, uma vez que “contribui para a formação de um sujeito político crítico, capaz de influenciar seu futuro, possibilitando desenvolver o exercício da cidadania”. Estes autores

também puderam observar em sua pesquisa, que todos os professores envolvidos na educação destes reeducandos “concordam que a educação permite uma mudança de comportamento, fazendo com que eles repensem suas ações e reflitam sobre as situações vivenciadas”.

Portanto, conclui-se que além da educação constituir-se de um direito do privado de liberdade, a mesma também é essencial para o processo de ressocialização, objetivo que atende tanto os interesses da sociedade, como o cumprimento da própria lei.

Entretanto, entende-se que para que a educação consiga atingir sua finalidade de contribuir no processo de ressocialização do privado de liberdade, faz-se necessária a efetivação de políticas públicas que respaldem uma educação de qualidade no sistema carcerário brasileiro. Acredita-se que assim haverá maiores condições de reintegração social destes apenados que foram marginalizados e excluídos, viabilizando a estes alunos o seu direito de novamente viver em sociedade.

Contudo, serão necessárias ainda políticas públicas que possibilitem a reinserção dos apenados no mercado de trabalho e na sociedade, existem muitos preconceitos do lado de fora das grades para com ex-detentos como esclarece Pinto

Existe um descompromisso ético por parte da sociedade que, enquanto pune, política e socialmente não tem se preocupado em encontrar soluções educativas eficientes para detentos e ex-detentos. A prova disso está na população carcerária que aumenta ano após ano. Além do descompromisso ético da sociedade frente à população carcerária, de julgar e não buscar soluções para o problema que está exposto, há um efeito mais danoso, “o estigma”, que consigo traz outras implicações, tais como a absorção pelo detento, ou ex-detento, de valores que lhe são depositados rotulando-o, marcando, e com isso contribuindo significativamente para que assuma a identidade que lhe é atribuída.

Ainda sobre políticas públicas para inserção dos ex-detentos Gomes (2008) afirma que,

Faltam, porém, meios de reintegrar o ex-presidiário a uma sociedade que, com a atual situação econômica, não tem suficiência de empregos sequer para os cidadãos que nunca estiveram presos ... o que dizer então sobre aqueles que acabam de cumprir penas?! Que perspectivas terão essas pessoas?! Ademais, essa mesma sociedade rejeita os egressos dos estabelecimentos prisionais com base no preconceito de que eles, por suas simples presenças, acarretam perigo.

2.5 EDUCAÇÃO FÍSICA E RESSOCIALIZAÇÃO

Segundo o Ministério da Educação e do Desporto do Brasil (1998), os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física trazem uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos.

Nesse sentido, estes parâmetros adotaram:

“A distinção entre organismo no sentido estritamente fisiológico e corpo que se relaciona dentro de um contexto sociocultural e aborda os conteúdos da Educação Física como expressão de produções culturais, como conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos. Portanto, entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 1998).

A Educação Física possibilita diversos ganhos saudáveis e importantes para qualquer ser humano, dentre eles pode-se destacar: organização/centralização do corpo, contribui para o movimentar-se/relacionar-se humano e para a educação do ser humano e desse modo o aluno absorve valores que tenha modos mais adequados ao se deparar com situações do cotidiano, ser capaz de auto organizar, interferir no seu meio e de ser ético (PASTRE, 2001).

A EF advinda de um pensamento crítico tem como referencial a teoria do materialismo histórico-dialético, visando uma transformação da sociedade, com discursos sobre as práticas sociais e a ação do homem na sociedade onde está inserida a educação (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

A Educação Física dentro de uma abordagem crítica, especificamente a crítica-superadora é importante porque propõe que os conteúdos das aulas de Educação Física possibilitem a leitura da concepção de homem e de sociedade socialista, na qual as aulas são elaboradas considerando a relevância social dos conteúdos, sua contemporaneidade e sua adequação às características sociais e cognitivas de cada aluno. Ou seja, esta pedagogia apresenta um avanço na teoria da reprodução, comprometendo-se com o processo de transformação social e organizando o conteúdo de forma a permitir ao aluno que aprenda o

conhecimento historicamente construído e acumulado pela sociedade (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

A Educação Física e seus conteúdos na perspectiva crítica têm como destaque a “cultura corporal” (COLETIVO DE AUTORES, 1992), sendo que:

“É fundamental para essa perspectiva da prática pedagógica da Educação Física o desenvolvimento da noção de historicidade da cultura corporal. É preciso que o aluno entenda que o homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, jogando etc. Todas essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 39).

O corpo produz linguagens, expressões, gestos que se apreendidos e internalizados, ele é capaz de repassar os contextos da história aos indivíduos (SOARES, 2006). Gestos que são capazes de mostrar aos alunos como os seres humanos progrediram ao longo dos anos, de onde ele partiu e até onde chegou, portanto, a cultura corporal explica bem este objeto de estudo da Educação Física, uma vez que seus conteúdos trazem aos indivíduos uma busca histórica dos conteúdos que envolvem o corpo, como afirma o Coletivo de Autores:

“Por isso se afirma que a materialidade corpórea foi historicamente construída e, portanto, existe uma cultura corporal, resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade que necessitam ser retraçados e transmitidos para os alunos na escola” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 39).

Desse modo, os alunos devem compreender que a EF não é apenas uma “pelada” e sim uma disciplina curricular que faz uma discussão em cima de conteúdos que são patrimônio histórico da humanidade em uma perspectiva crítica em que os alunos saberão interpretar as práticas sociais, de forma que diminua os problemas da sociedade (COLETIVO DE AUTORES, 1992), pois como afirma Vargas:

“Dessa forma, não cabe desenvolver na escola conteúdos excessivamente pragmáticos do tipo que enfatiza a boa aptidão física, a qualidade do gesto motor e as performances desportivas, mas ministrar conteúdos que, em somatório, multidimensionados, contribuirão para o desenvolvimento de um homem livre, crítico e responsável, interagindo socialmente, participante e preparado para ocupar seu lugar numa sociedade menos selvagem, mais democráticos (VARGAS, 1990, p. 101)”.

Portanto, podemos perceber que é muito mais viável trabalhar conteúdos que valorizam a cultura corporal do que simplesmente repetir gestos ou a busca pelo desempenho nos esportes, pois tira a capacidade do aluno de se tornar um ser pensante em relação ao contexto em que eles estão inseridos, sendo apenas máquinas que reproduz movimentos, sem valorizar a democracia e a criticidade.

Nesse sentido, acredita-se que a pedagogia da autonomia, que é “fundada na ética, no respeito à dignidade e a própria autonomia do educando” (PAULO FREIRE, 2002, p.04) poderia ser utilizada na reeducação dos detentos do colégio trabalhado. Esta pedagogia demanda do educador:

“Um exercício permanente. É a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provocando-os a se assumirem enquanto sujeitos sócios-históricos-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica” (PAULO FREIRE, 2002, p. 04).

A pedagogia da autonomia preocupa-se em desenvolver um aluno capaz de pensar a busca da solução de um problema através da cooperação, que trabalhem visando à evolução de todos. Dessa forma, entende-se que esta pedagogia pode ser aplicada a prática esportiva, na qual pode apresenta-se como uma maneira de superação e um ajudaria na dificuldade do outro (KORSAKAS; JUNIOR, 2002).

Não há dúvidas de que é interesse de toda a sociedade a redução da violência. Contudo, esta redução não ocorrerá com o aumento do caráter punitivo. Dentro dessa perspectiva, acredita-se que a prática esportiva pode ser um meio para auxiliar os detentos a absorverem valores considerados positivos pela sociedade, pensando nas penitenciárias como forma dos presos serem reintegrados a sociedade e não os isolar da mesma (FERRETTI; KNIJNIK, 2009).

Sendo assim, a Educação Física é fundamental na ajuda da promoção da ressocialização dos reeducandos, e que está contribui para devolver a estes seres humanos uma condição de sujeito social. Ao ser ressocializado, o apenado terá a chance de novamente ocupar um lugar na sociedade, fazer novas relações sociais e construir uma nova história no mundo (DAYRELL, 2003).

2.6 EDUCAÇÃO FÍSICA NO COLÉGIO ESTADUAL DONA LOURDES ESTIVALETE TEIXEIRA

O Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira é conveniado com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás e oferece assistência educacional aos reeducandos a partir da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que “destina-se aos indivíduos que não tiveram acesso à escola na idade própria ou que nela não puderam permanecer” (MATRIZES CURRICULARES, 2010, p. 07). Nesse sentido, a EJA:

“Possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida. A EJA é uma promessa de efetivar um caminho para o desenvolvimento dos jovens, adultos e idosos e pelo qual poderão atualizar conhecimentos, com trocas de experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura” (MATRIZES CURRICULARES, 2010, p. 07).

Conforme descrito no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira, o objetivo do colégio é:

“Crescer e enriquecer nossa ação educacional dando ênfase nos aspectos sócio-político, cultural e humano, objetivando a promoção, contextualização, permanência e sucesso dos alunos como cidadãos críticos e participativos, inseridos no seu contexto social. Ele é instrumento, uma âncora das ações educacionais da escola. Também encaminha o pensamento político pedagógico da comunidade escolar e ponto de partida da efetivação da visão filosófica da escola” (PPP, 2015, p. 01).

Ainda conforme descrição no PPP do colégio, os profissionais da educação “se propõe a desempenhar seu verdadeiro papel dentro da sociedade, promovendo, assim, o ensino e aprendizagem, com eficiência e qualidade, atendendo a proposta da Secretaria da Educação do Estado de Goiás” (PPP, 2015, p. 02).

É importante ressaltar que a proposta política pedagógica do colégio “adota princípios educacionais que estimulem a capacidade criativa, reflexiva e crítica dos alunos, professores e demais funcionários desta escola, a fim de contribuir para a formação de cidadãos e, de uma sociedade, crítica, cooperativa e empreendedora” (PPP, 2015, p. 02).

A Educação Física no Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira é amparada pelas Matrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás. Segundo este documento: “Cabe a EF mostrar aos estudantes da EJA os benefícios da

atividade física regular, propiciando-lhes vivências simples, significativas e prazerosas, de tal forma que eles desejem e possam praticá-las, também, fora da escola” (MATRIZES CURRICULARES, 2010, p. 66).

Estas Matrizes Curriculares também especificam que o professor de Educação Física:

“O professor deve selecionar e eleger conteúdos que estimulem, apoiem, valorizem, promovam e acolham todos os estudantes, independente de etnia, sexo, língua, classe social, religião ou nível de habilidade para incluí-los no processo de ensino e favorecer discussões sobre o significado do preconceito, da discriminação e da exclusão. O processo de ensino deve ser baseado na compreensão, esclarecimentos e entendimento das diferenças, da diversidade e da pluralidade. Portanto, as metodologias utilizadas devem, não somente, favorecer a inclusão, como também discuti-la e torná-la compreensível para os estudantes” (MATRIZES CURRICULARES, 2010, p. 66).

3 METODOLOGIA

A estruturação da pesquisa foi realizada e desenvolvida sob ótica do paradigma qualitativo, que Denzin (1994, p. 2), citado por Duclos (2010), define como:

Multimetodológica em seu foco, envolvendo uma aproximação interpretativa e natural ao assunto da pesquisa. Isso significa que os pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas dão aos mesmos. A pesquisa qualitativa envolve a coleta e estudo de uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso, experiência pessoal, introspecção, históricos e observacionais – que descrevem rotina e momentos problemáticos e significados na vida dos indivíduos.

Complementando esta definição de abordagem qualitativa, Alves-Mazzotti e Gewandsznajer (1999, p. 166), citado por Duclos (2010) abordam que: “o pesquisador se torna parte da situação observada, interagindo por longos períodos com sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação”.

Dessa forma, durante este estudo, o pesquisador teve a oportunidade de vivenciar uma parcela da cultura criada no campo e conviver com as dificuldades enfrentadas por estes indivíduos. Tal circunstância possibilitou ao investigador compreender melhor o sujeito pesquisado, bem como possíveis problemas e soluções presenciadas no dia a dia.

Saliento ainda que o pesquisador já vivenciou diversas dificuldades enfrentadas pelos detentos pois o mesmo trabalha no presídio de regime fechado de Aparecida de Goiânia, logo no seu dia a dia de trabalho obtém contato direto com diversos reeducandos. Contudo no contexto escolar a dinâmica, o procedimento é outro, a forma como os apenados se comportam é diferente de quando eles estão literalmente encarcerados. Eles se sentem mais à vontade na escola, demonstram menos, medo e receio do “Sr. Agente”.

O método de abordagem do objeto de estudo foi a fenomenologia, na qual “todo processo fenomenológico surge com uma estrutura que reúne de forma dialética na intencionalidade o homem e o mundo, a existência e o significado”. Não se deve esquecer dentro de uma perspectiva fenomenológica que “o mundo do humano é o mundo da cultura” (REZENDE, 1990, p. 40).

Segundo Petrelli (2004), a partir de um estudo intencionado, o pesquisador que utiliza esta abordagem busca analisar os principais entraves e soluções através da análise de dados,

não ficando somente na superficialidade da aparência do objeto, mas buscando desvelar a sua essência e encontrar soluções para o problema da pesquisa.

Nessa perspectiva, ressalta-se que o pesquisador partiu de uma intencionalidade para buscar respostas para o problema, foi atrás não de sua aparência e sim na essência do objeto de pesquisa, tendo como fundamentos a percepção e a consciência.

Como método procedimental ou investigativo, foi utilizado o método de realizar entrevistas subjetivas através de um aparelho gravador, método que reúne técnicas de pesquisa que forneceram para o pesquisador elementos para compreensão do seu objeto de estudo.

Segundo Gomes (1997), as entrevistas baseadas na matriz da fenomenologia devem seguir a ordem de gravação, transcrição e estudo sistemático-reflexivo para apreender as experiências entre pesquisador e pesquisado. Na tradição da fenomenologia semiótica a experiência consciente é entendida em sua associação com os conceitos de intencionalidade, sentido e existência. Assim, a experiência consciente é considerada em conjunção com seu aparato cognitivo, afetivo e conativo.

Para análise dos dados coletados, foi utilizada a proposta de Bardin (2009), denominada análise de conteúdo. Esse procedimento de análise versa sobre um conjunto de técnicas que observam e agrupam as comunicações. Na exploração do material, foram realizados recortes e escolhidas unidades de registro, elegendo-as e codificando-as, mediante a convergência com os objetivos da pesquisa. Na interpretação, os resultados foram tratados, nessa fase ocorreu à análise das informações, culminando em interpretações inferenciais, análise reflexiva e crítica.

O campo pesquisado foi o Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira, situado na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, o qual se localiza dentro do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia BR 153, KM 1.292, Área Industrial – Aparecida de Goiânia – Goiás – CEP: 74.923-65. Este colégio trabalha com a Educação de Jovens e Adultos reeducandos, por meio de supletivo.

Por se tratar de um colégio situado dentro da Penitenciária, alunos e servidores desta unidade de ensino são submetidos diariamente a um protocolo de segurança antes de adentrarem no interior da escola. Professores e demais servidores, bem como todos os funcionários da Penitenciária, devem retirar pertences do bolso (chaves, carteiras, pen drive, dentre outros) e colocá-los no balcão, sendo que determinados pertences, como celulares, ficam retidos e são recuperados somente na saída. A porta de acesso da penitenciária possui um scanner de raios-X e um detector de metais, ao qual todos são submetidos para entrar no

presídio. Quanto aos alunos, estes são acompanhados pelo monitor¹ de sua ala² da cela até o portão que dá acesso a um corredor. Neste corredor os reeducandos são recepcionados por agentes penitenciários, que devem revistá-los e acompanhá-los até o colégio.

Foram entrevistados o professor de Educação Física e os alunos que cursam a 3ª etapa da modalidade EJA (turma A). Apenas os alunos do 2º e 4º semestre puderam fazer parte da amostra, uma vez que os alunos do 1º e 3º semestre desta etapa não possuem Educação Física em sua grade curricular. No total, foram investigados sete reeducandos, sendo dois do 2º semestre e cinco do 4º semestre, além do professor da disciplina. Ressalta-se que as entrevistas ocorreram na biblioteca do colégio, por meio de um equipamento gravador, devidamente autorizado pela direção do presídio e da escola.

Pudemos compreender como o reeducando do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaete Teixeira vê a EF oferecida nesta instituição de ensino, investigar como a Educação Física pode contribuir no cotidiano, verificar se os reeducandos consideram as aulas de EF importantes para seu processo de ressocialização e identificar como é a relação aluno/professor.

Por fim, ressalta-se que na realização da fundamentação teórica desta pesquisa se utilizou livros e autores de notável saber, como Fernando Capez (Direito Penal, 2007); Michel Foucault (Vigiar e punir: Nascimento da prisão, 1987); Guilherme Nucci (Manual de Direito Penal, 2011); Coletivo de autores (Metodologia do Ensino de Educação Física, 1992); Paulo Freire (Pedagogia da autonomia, 2002), legislações penais brasileiras, das quais pode-se destacar a Lei nº 7210 (Lei de Execução Penal, 1984); e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação no Âmbito do Sistema Prisional, além de artigos científicos encontrados em bases de dados da Scielo, Lilacs e Periódicos Capes.

¹ Monitores são detentos escolhidos pelos próprios dentro de uma ala para representá-los em questões que envolvam procedimentos dentro da unidade prisional, por exemplo, o ritual de início às aulas no Colégio referido no trabalho.

² Alas: são as divisões dentro da unidade prisional, os blocos que separam os grandes grupos de detentos.

4 ANALISE DAS ENTREVISTAS COM OS REEDUCANDOS

Este capítulo abordará sobre os resultados obtidos durante a pesquisa de campo, na qual é composta por entrevistas semiestruturadas com os alunos e com o professor de Educação Física. Os dados foram transcritos e analisados pelo pesquisador. Nesta fase do trabalho, analisaram-se as informações encontradas, procurando fazer interpretações inferenciais, análise reflexiva e crítica.

Considerando que o investigador em uma análise de dados qualitativa pretende apreender algo com base nos discursos que os sujeitos investigados lhes confiam (AMADO, 2000), esta análise de dados se baseará nos quadros matriciais apresentados no subcapítulo anterior, que foram construídos de acordo com os objetivos desta pesquisa.

4.1 DADOS ESTATÍSTICOS RESULTANTES DA ENTREVISTAS

Assim, a análise das entrevistas realizadas com os alunos do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira, que atende apenas os privados de liberdade da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães situada no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, deu origem a quatro categorias que foram assim descritas: Visão dos alunos sobre o que é Educação Física; Visão dos alunos quanto à Educação Física oferecida no colégio; Contribuição da Educação Física no cotidiano e no processo de ressocialização e Relacionamento aluno/professor.

4.1.1 VISÃO DOS ALUNOS SOBRE O QUE É EDUCAÇÃO FÍSICA

A **figura 1** apresenta a visão dos alunos sobre o que é Educação Física. Dentre os resultados verificados, destaca-se que a maior parte dos alunos entende a EF nesta unidade como uma maneira de melhorar a saúde.

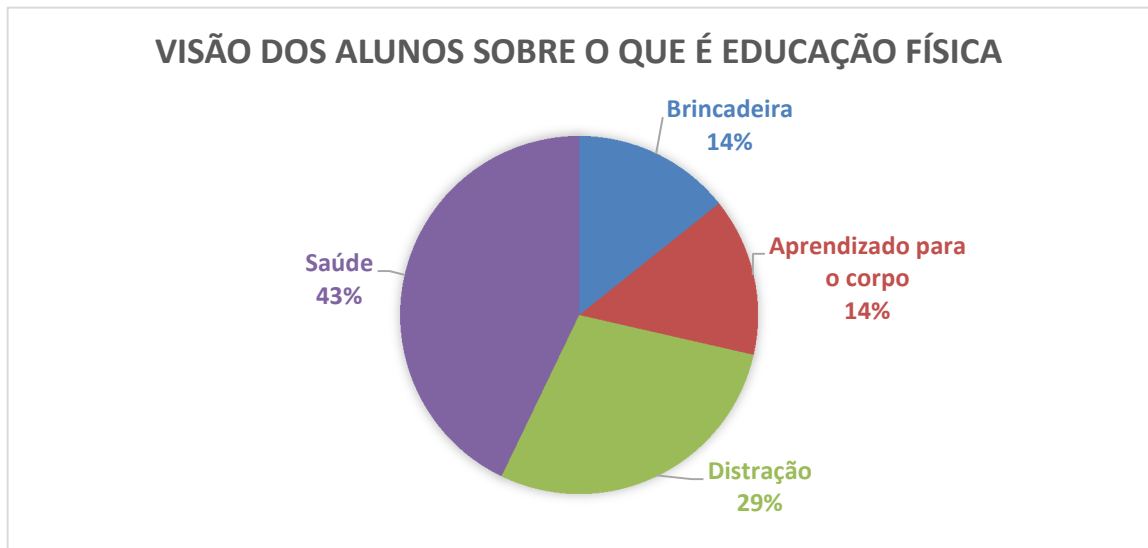


Figura 1: Visão dos alunos sobre o que é Educação Física.

4.1.2 VISÃO DOS ALUNOS QUANTO À EDUCAÇÃO FÍSICA OFERECIDA NO COLÉGIO

A **figura 2** apresenta a visão dos alunos sobre a Educação Física oferecida no Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira. Nesse momento os alunos confirmam ver a EF oferecida na instituição como maneira de melhorar a saúde, uma vez que respondem ser a mesma “*fundamental*”, “*excelente*” e “*importante*” para “*trabalhar a saúde*”.

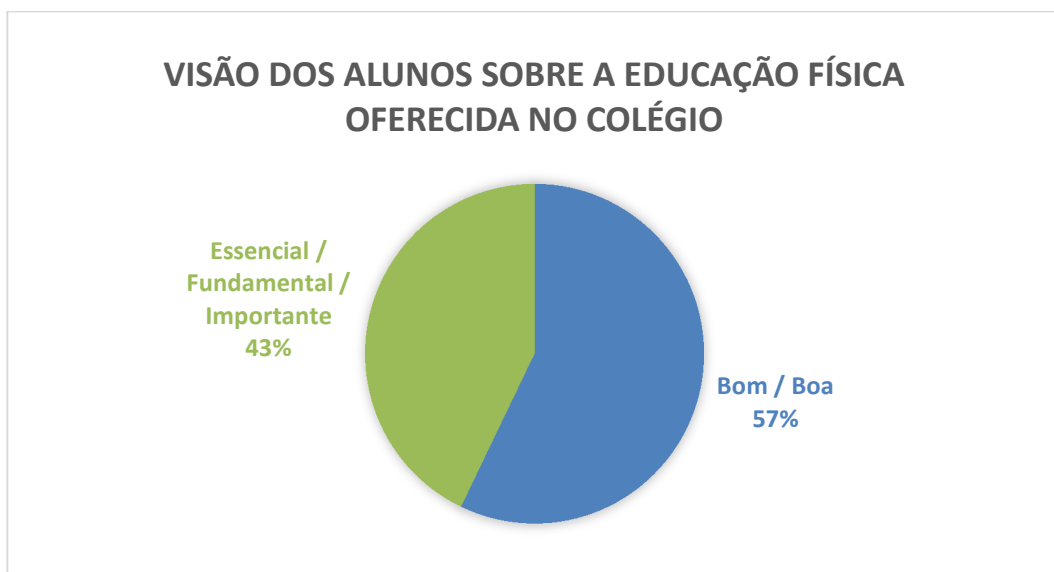


Figura 2: Visão dos alunos sobre a Educação Física oferecida no Colégio.

Segundo entrevista realizada com o professor de Educação Física responsável pela administração da disciplina para estes alunos, o mesmo trabalha “...dentro da perspectiva da crítico-superadora ..., buscando trazer aplicabilidade da aula de EF dentro da realidade do indivíduo...”.

De acordo com Coletivo de autores (1992, p.28), o currículo crítico “tem como eixo a constatação, a interpretação, a compreensão e a explicação da realidade social e complexa”, procurando trabalhar a totalidade e viabilizar ao aluno o estudo da realidade por meio de temas relacionados à cultura corporal.

Assim, observa-se que a tendência crítico-superadora propõe uma Educação Física como meio de transformação social (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Entretanto, pelos resultados verificados nas respostas dos alunos, acredita-se que estes objetivos não estão sendo alcançados, uma vez que quase a totalidade dos alunos referiu entender a Educação Física apenas como uma maneira de melhorar a saúde.

Esta concepção sobre o papel da Educação Física referida pelos alunos faz referência ao cuidado com o corpo, entendimento que segundo Soares (2004), tem sua origem nas raízes europeias durante o século XIX, onde a EF era sistematizada em “métodos” e divulgada como “grande bem” para todos os “males”, sendo vista como fator mais importante para obtenção de um corpo saudável, considerado saudável porque faz exercício físico. Dessa maneira, o exercício físico seria o “cuidado com o corpo”, possuidor de poderes para tornar os trabalhadores saudáveis e para solucionar os problemas da sociedade (SOARES, 2004).

A cerca desse assunto, Soares (2004, p. 50) disserta que:

“O exercício físico não é saudável em si, não gera saúde em si, é apenas e tão somente um elemento, num conjunto de situações que pode contribuir para um bem estar geral, e nesse sentido, aprimorar a saúde, que não é um dado natural, um a priori. Ao contrário, saúde é resultado, porque, mais que o vigor físico corporal, compreende o espaço de vida dos indivíduos, daí não ser possível medi-la, nem avalia-la apenas pela aparência de robustez ou de fadiga”.

Ademais, nesse período a Europa vivia a revolução industrial, e nesse momento era fundamental um trabalhador com “saúde” para render mais, suportar a carga excessiva de horas e as condições ruins de trabalho, fatores extremamente desgastantes para o corpo. Novamente observa-se a “importância” do exercício físico, esse “novo remédio” para os males “necessários” da sociedade (SOARES, 2004).

Tendo como base a importância do exercício físico, quatro países foram responsáveis pelas primeiras sistematizações sobre a Educação Física na sociedade burguesa: Alemanha, Suécia, França e Inglaterra. Mesmo considerando o caráter particular de cada país, pode-se afirmar que os “métodos ginásticos” (ou escolas) possuíam finalidades similares, dentre os quais se podem destacar: regenerar a raça, promover a saúde (mantendo as condições de vida) e desenvolvimento da moral (SOARES, 2004).

Nesse sentido, acredita-se que estes objetivos almejados pelas escolas europeias no século XIX aproximam-se da visão de Educação Física relatada pelos alunos, bem como do propósito de uma instituição militar, como a escola investigada, que de forma genérica está preocupada com a saúde do privado de liberdade, com a disciplina, retidão, higiene, ou em outras palavras, com a “regeneração da raça”, “promoção da saúde” e “desenvolvimento da moral”.

Ainda sobre a visão dos alunos, quando questionados sobre a diferença entre a EF vivida atualmente e experiências anteriores, dois alunos dizem que não veem diferença, enquanto todos os outros ressaltam haver diferença. Destes, a maioria justifica a diferença porque a Educação Física que possuem hoje é “*mais restrita*”, “*mais light*” ou “*não é completa*”.

Segundo a proposta pedagógica do colégio, os profissionais desta instituição se propõem a desempenhar seu papel dentro da sociedade, promovendo, assim, o ensino e aprendizagem, com eficiência e qualidade, atendendo a proposta da Secretaria da Educação do Estado de Goiás, sempre adotando princípios educacionais que estimulem a capacidade criativa, reflexiva e crítica dos alunos, a fim de contribuir para a formação de cidadãos e, de uma sociedade, crítica, cooperativa e empreendedora. Ressalta-se ainda que por se tratar de um colégio ligado à rede Estadual de Ensino, a Matriz Curricular deste colégio segue as diretrizes da referida pasta e contempla a formação de um homem ativo (BRASIL, 2015).

Dessa maneira, tendo como base o Plano Político Pedagógico da instituição investigada, infere-se que não deve haver grande diferença entre a proposta pedagógica da Educação Física oferecida no colégio pesquisado e outros colégios da rede estadual de ensino, uma vez que todas as escolas estaduais, bem como a própria instituição mencionada, devem seguir as propostas da Secretaria da Educação do Estado de Goiás.

Sendo assim, acredita-se que o sentimento dos alunos referente a aulas “*mais restrita*”, “*mais light*” ou incompleta não refere à proposta pedagógica, mas sim a outros fatores. Nesse sentido, observa-se que essa discussão está bastante relacionada com a próxima pergunta realizada aos entrevistados, no qual os alunos respondem o que gostariam que fosse

ensinado nas aulas de Educação Física, que ao ver do investigador, completa o porquê da diferença da Educação Física atual com experiências anteriores. Nesse momento da entrevista, alguns alunos responderam que “*não tem os aparelhos adequados*”, que gostariam de ter mais “*questão teórica da Educação Física*” e que “*não tem muitos esportes*”.

Quanto à reclamação dos alunos referente a não ter “*muitos esportes*”, foi necessário verificar o plano de ensino do colégio pesquisado para analisar esta afirmação. O plano de ensino disponibilizado pelo colégio é de 2014 e refere-se à terceira etapa para Educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás. Conforme este material, os alunos desta etapa possuem Educação Física no 2º e no 4º semestre, sendo que cada semestre é constituído por 1º e 2º bimestre. No 2º semestre, o 1º bimestre é composto por ginástica (geral e artística), enquanto que o 2º por esporte (jogos de tabuleiro, dramáticos e de cartas). No 4º semestre, o 1º bimestre também apresenta como eixo temático a ginástica, mas com conteúdo referentes a ginástica de condicionamento físico e olímpica, além de danças históricas e de rua. No 2º bimestre o eixo temático volta a ser o esporte, tanto individual, quanto coletivo (BRASIL, 2014).

Tendo como base a abordagem crítico-superadora, que trata seus conteúdos na perspectiva da cultura corporal, e que tem como temas diversas possibilidades de aplicação, como o jogo, a ginástica, o esporte e a capoeira (COLETIVO DE AUTORES, 1992), compreende-se que os conteúdos trabalhados pela escola conforme o plano de ensino está correspondente a proposta crítica e podem ser utilizados com estes alunos.

No que tange aos aparelhos utilizados durante as aulas de EF, durante sua entrevista o professor afirma ter “*...que adaptar muito a realidade que nem todo material pode ter aqui dentro da escola por questão de segurança, se não tem o material específico para qualquer modalidade esportiva a gente adapta-se, o importante que o aluno possa vivenciar de uma forma as vezes até lúdica né, para vivenciar a prática das modalidades esportivas cem por cento, é aqui é cem por cento adaptáveis, não é uma coisa pronta como é oferecido lá fora*”.

Nesse contexto, considera-se que a falta de equipamento não impede a aula de acontecer, mas esta ausência de material adequado para trabalhar pode vir a prejudicar o desenvolvimento da aula e o ensinamento de determinados conteúdos. Além disso, acredita-se também que a falta de aparelhos por questão de segurança, faz os alunos se lembrarem a todo tempo de quem são e para o que estão ali, reduzindo este aluno a um detento e não a um aluno em si, o que os desmotiva ainda mais.

Entretanto, tendo em vista a proposta crítico-superadora, que propõe que seja considerada a relevância social dos conteúdos, sua contemporaneidade e sua adequação às características dos alunos (DARIDO, 2003), acredita-se que é possível a aplicação desta

metodologia de maneira eficiente e eficaz no colégio investigado, mesmo a restrição de determinados equipamentos devido à questão da segurança.

No que se refere ao desejo dos alunos de terem mais teoria sobre Educação Física, considera-se está uma reivindicação bastante fundamentada, uma vez que a abordagem teórica é fundamental, e também faz parte da tendência crítico-superadora, na qual os conteúdos de ensino devem ser provenientes da cultura corporal e retirados da dinâmica social, incorporados pela cultura de forma que ajudem a explicar a realidade social em que o aluno está inserido (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

4.1.3 CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO COTIDIANO E NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

A **figura 3** apresenta a contribuição da Educação Física no cotidiano e no processo de ressocialização.

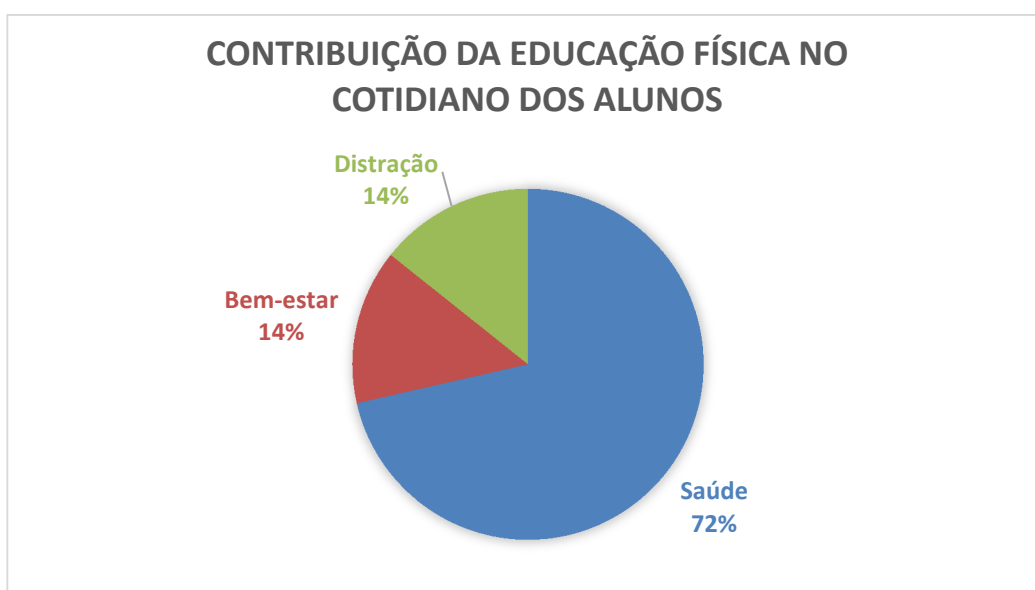


Figura 3: Contribuição da Educação Física no cotidiano e no processo de ressocialização.

Relativamente à contribuição da EF no cotidiano e no processo de ressocialização, a grande maioria dos alunos entrevistados respondeu que os benefícios da Educação Física se referem à saúde. Além disso, ao ser questionado sobre qual conteúdo já aprendeu no colégio, “André” firmou ser “preparar o corpo físico”. Estes resultados sugerem novamente que os alunos aprendem mais os conceitos de cuidado com o corpo propostos pelas escolas da Europa do século XIX do que a proposta “crítico-superadora”, a qual o professor afirma trabalhar.

Dessa maneira, acredita-se que possivelmente o professor tenta trabalhar com a concepção crítico-superadora, mas os alunos podem estar assimilando concepções de cuidado com o corpo, ou seja, pode tratar-se de currículo oculto.

Nas palavras de Forquim (1989, p.23):

“O "currículo oculto" designará estas coisas que se adquirem na escola (saberes, competências, representações, papéis, valores) sem jamais figurar nos programas oficiais ou explícitos, seja porque eles realçam uma "programação ideológica" tanto mais imperiosa quanto mais ela é oculta..., seja porque elas escapam, ao contrário a todo controle institucional e cristalizam-se como saberes práticos, receitas de "sobrevivência" ou valores de contestação florescendo nos interstícios ou zonas sombrias do currículo oficial”.

Ainda discutindo a contribuição da Educação Física no cotidiano e no processo de socialização dos alunos, Moraes et al. (2014), ao estudar o que os apenados pensam sobre a prática de atividade física em um sistema penitenciário, verificou que a prática de atividade física e esporte são vistos pelos privados de liberdade como um benefício durante o cumprimento da pena. Para mais, estes autores também observaram que o esporte pode ser considerado um ponto de partida na ressocialização, pois sua prática geralmente é prazerosa e possibilita o estímulo e motivação dos detentos.

Segundo Ferretti e Knijnik (2009), ao investigar ex-detentos para identificar a possibilidade de ressocialização por meio da Educação Física, concluiu que “a prática esportiva e a atividade física são engrenagens que fazem parte de um maquinário para a recuperação do detento onde todas as engrenagens estão comprometidas”. Ou seja, estes autores sugerem que não adiantar esperar que apenas a prática esportiva e a atividade física podem recuperar os privados de liberdade, entretanto, pode representar um “ponta pé inicial”, já que se trata de atividade prazerosa e que facilitaria a educação de valores.

Dentro desse contexto, Gomes (2008) afirma que é necessário aprimorar a ressocialização vivenciada atualmente nos presídios brasileiros e propõe a “remição da pena através do esporte”, visto que este permite “a confraternização, a comunicação, a espontaneidade, a liberdade corporal, o envolvimento ativo do homem como ser total, a relação existencial” e poderia contribuir com a principal finalidade da execução da pena que é recuperar e reintegrar o preso à sociedade, além de "engrenar um sistema que se encontra totalmente emperrado".

4.1.4 RELACIONAMENTO ALUNO/PROFESSOR

A **figura 4** apresenta o relacionamento aluno/professor. Quanto ao relacionamento aluno/professor, acredita-se que o atual professor de Educação Física possui bom relacionamento com seus alunos, visto que está boa relação foi reconhecida pelos participantes durante as entrevistas.

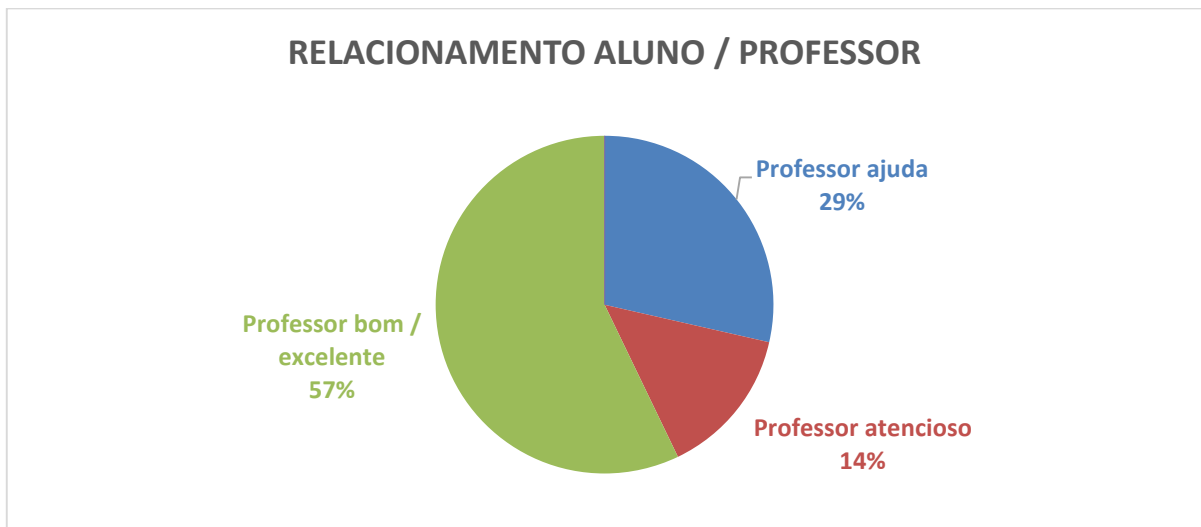


Figura 4: Relacionamento aluno/professor.

Alguns alunos referem que o professor apresenta um relacionamento mais próximo com eles, provavelmente em comparação a outras realidades vivenciadas anteriormente, o que podemos observar nas seguintes falas: *“os professor eles são mais próximos dos alunos”* e *“os professores tem mais aquele é a proximidade mais, eles são mais atenciosos com os alunos”*.

“Geraldo” ressalta que o professor é atencioso e a qualidade de ensino é boa, o que facilita e melhora seu aprendizado: *“tenho uma facilidade mais de aprender aqui do que lá na rua, porque a atenção do professor aqui é dobrada e a maneira de ensino é melhor”*.

Por fim, alguns alunos sugerem um bom relacionamento aluno/professor ao afirmarem que *“os professores ajudam mesmo os alunos aqui”*, que *“o professor é excelente”* e que *“tá de parabéns, os professores são muito bons”*.

Segundo Paulo Freire (2002), o relacionamento, bem como a interação e a valorização do diálogo aluno-professor, é imprescindível para o processo de ensino-aprendizagem. Quanto mais o professor trabalhar na perspectiva do diálogo como instrumento educativo, maior avanço perceberá em relação aos alunos, que se sentirão como parte do seu processo de aprendizado, e, portanto, mais mobilizados para transformar realidade e a sociedade.

Sendo assim, o professor que exerce sua prática docente valorizando o diálogo, o relacionamento aluno-professor e trabalhando dentro dessa perspectiva, não assumirá apenas

o papel de transmissor de conhecimentos, mas principalmente de um mediador, adotando um papel mais humanizador em sua docência.

Logo, as entrevistas com os alunos do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira, tinham como objetivo apanhar informações de como é o tratamento da EF na escola e quais as contribuições e os impactos que a mesma pode gerar nos alunos (os apontamentos que serão apresentados em sequência, foram observados pelo pesquisador de forma visual e percebidos pelas falas dos pesquisados, podem não condizer com a realidade).

Entende-se, a partir das entrevistas com os reeducandos, que a Educação Física contribui para a melhoria da saúde. Considerando, ainda, as condições precárias em que vivem, a infraestrutura da penitenciária é antiga e necessita de reformas e melhorias para o uso do espaço físico que, aparentemente, apresenta uma quantidade maior de apenados do que a estrutura comporta; eles convivem com esgoto a céu aberto, talvez pelo sistema de capitação do esgoto não comportar a quantidade de apenados no presídio, assim como o lixo recolhido nas alas, que é acumulado em latões e destinado à um espaço que fica próximo ao colégio, depositado em caçambas expostas e abertas; dessa forma, podendo ocasionar e contribuir para o surgimento de várias doenças. No colégio, porém, os alunos contam com uma estrutura melhor que a descrita anteriormente, uma quadra coberta para o desenvolvimento de atividades propostas pelos professores, várias salas de aulas, cozinha, banheiros, equipamentos tecnológicos como data show, televisões, entre outros. Nesse espaço físico, não foi constatado problemas com o lixo ou com o esgoto. Entretanto, a proximidade do Colégio com as alas da penitenciária proporciona, aos alunos, a ocorrência dos problemas com insalubridade citados acima.

Desta forma, através de quatro categorias que foram descritas anteriormente, o pesquisador conseguiu compreender a relação que a Educação Física tem no dia a dia destes apenados, afirmando ainda que a mesma traz diversos benefícios relatados pelos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a visão de alunos do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivalete Teixeira, localizada dentro da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, a qual faz parte do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, sobre a Educação Física oferecida nesta instituição de ensino, a contribuição da Educação Física no cotidiano e no processo de ressocialização, além da identificação de como é a relação aluno/professor.

Nesse estudo, verificou-se que a maior parte dos alunos entende a Educação Física como uma maneira de melhorar a saúde, visão confirmada quando os entrevistados foram questionados sobre como enxergam a EF oferecida na instituição e os mesmos responderam ser a Educação Física “*fundamental*”, “*excelente*” e “*importante*” para “*trabalhar a saúde*”.

Já o José enfatiza que melhora a saúde enquanto considerado o ambiente em que eles vivem “*Melhora saúde, principalmente no ambiente que a gente vive, fechado e muito preso então se você tiver uma boa preparação do corpo se torna bem mais fácil*”.

Quanto à contribuição da Educação Física no cotidiano e no processo de ressocialização dos reeducandos, observou-se que os alunos acreditam que a Educação Física traz benefícios e que a grande maioria dos alunos acredita que estes se referem à saúde.

Além disso, os detentos acreditam que a EF traz benefícios sociais como quando o um dos alunos diz “*aquele momento ali de harmonia com os presos*” e o outro complementa “*Uai eu acho essencial né para, pra, pro desenvolvimento dos alunos com as outras pessoas né, essencial*”.

Tadeu acredita que a Educação Física traga “*Saúde física e mental*”. O mesmo aluno destaca que enquanto preso fica muito tempo parado e que isso pode prejudicar seu corpo, ele afirma sobre a EF “*Bom, porque no caso o local que nós estamos, é ociosidade de mais no caso ali igual uma brincadeira, alguma coisa, uma pratica de esporte, distrai a mente a saúde do corpo porque nós estamos parado de mais então no caso nossa saúde melhora, então é só benefício né*”.

Em uma perspectiva mais ampla a EF é vista por Joaquim de forma essencial tanto dentro do presídio quanto fora “[...] *aluno tem que ter, tem que trabalhar a saúde, tem que trabalhar como diz a mentalidade dele ele tem que ter esse espaço dele entendeu? [...] Ele tem que ter e é fundamental para ele tanto pro aluno quanto pra pessoa na rua como o trabalhador ou qualquer pessoa tem que ter, tem que ter esse lado esportivo deles, tem que exercitar esse lado, é fundamental*”.

Esta pesquisa também possibilitou estudar o relacionamento aluno/professor vivenciados pelos alunos e o professor de Educação Física do colégio investigado. Nesse sentido, constatou-se que o professor de Educação Física possui bom relacionamento com seus alunos, visto que está boa relação foi reconhecida pelos participantes durante as entrevistas.

Um determinado aluno acredita que poderia ter uma melhoria nas aulas de EF caso tivessem mais aulas na semana *“Poderia ter pelo meno pelo meno duas aulas por semana entendeu? Mais completo pra ele e poderia beneficiar nois aqui reeducando então assim o que eu gostaria mais era so que aumentasse um pouco os benefícios da Educação Física não, num sei se pode, se pode, se vai ter como, mas, poderia aumentar mais se desse mais uma uma apimentada na educação Física para deixar o professor mais à vontade.*

Sendo assim, considera-se que os alunos privados de liberdade da instituição avaliada enxergam a Educação Física como essencial e que quando adequadamente conduzida, a Educação Física pode vir a contribuir para a reinserção social destes alunos, com maiores probabilidades de não voltarem a praticar crimes.

Um dos entrevistados destaca que a EF é essencial para melhorar a comunicação entres todos os sujeitos, facilitando assim a apreensão de diversos conhecimentos. *“A eu entendo que a Educação Física ela é uma matéria essencial para a nossa saúde né, é para desenvolver também é a proximidade com os alunos e eu acho que assim tem muitas pessoas que elas, é elas têm mais dificuldade de se comunicar de ta junto, mais é de fazer amizade, através da aulas de Educação Física elas se contraem muito mais né tem uma facilidade mais de se expressar, de a gente descobre outros, assim é como posso falar através por exemplo a aula de Educação Física tem a aula de no data show descobre mais facilidades de estar aprendendo muitas matérias né, de descobrir novos conhecimentos.*

Dessa maneira, a partir deste estudo, foi possível debater sobre a Educação Física oferecida neste colégio e com isso espera-se que esta pesquisa possa ampliar as discussões sobre essa temática e colaborar com a direção da escola trabalhada, auxiliando no aperfeiçoamento da Educação Física oferecida pelo colégio, com possíveis ganhos ao aprendizado e ressocialização dos reeducandos desta instituição.

Por fim, diante da observação de um déficit de pesquisas voltadas para a escuta qualitativa de detentos acerca da Educação Física oferecida dentro de instituições para privados de liberdade e da importância de se discutir sobre uma Educação Física que atenda às necessidades biopsicossociais e contribuam para o processo de ressocialização, sugere-se que mais estudos sejam desenvolvidos nessa perspectiva.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. S. A Técnica da Análise de Conteúdo. **Referência**, Lisboa, n. 5, p. 53-63, 2000. Disponível em: <http://ui.esenfc.pt/rr/index.php?module=rr&target=publicationDetails&pesquisa=&id_artigo=2049&id_revista=5&id_edicao=20>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70 Ed. Lisboa: LDA, 2009.
- BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº 7210, de 1984**. Lei de Execução Penal, Brasília, DF, julho. 1984.
- BRASIL. Secretaria de Educação do Estado de Goiás. **Matrizes curriculares: Currículo em Debate**. Educação de Jovens e Adultos. Goiânia: SEDUC, 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação do Estado de Goiás. **Projeto Político Pedagógico: Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira**. Goiânia: SEDUC, 2015.
- BRASIL. Secretaria de Educação do Estado de Goiás. **Terceira Etapa Ensino Médio: Educação de Jovens e Adultos**. Goiânia: SEDUC, 2014.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998. 114 p.
- CAPEZ, F. **Direito Penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- CORRÊA, M. G.; CALADO, M. C. Educação de Jovens e Adultos: um estudo na unidade Pevvi do Complexo Penitenciário de Xuri - Vila Velha (ES). **Revista Ifes Ciência**, Espírito Santo, v. 1, n. 2, 2015.
- CUNHA, E. L. Educação ou castigo: um estudo sobre mulheres reeducandas. 2011. 172 f. **Tese** (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2011.
- DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 24, p. 40-52, 2003.
- DUCLOS, L. **Corpo e Movimento na Modalidade online: Desafios e Possibilidades para a Docência e Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Estácio de Sá, 2008.
- FERRETTI, M.; KNIJNIK, J. D. A prática esportiva e atividade física podem educar pessoas atrás das grades? **Conexões**, v. 7, n. 3, p. 59-73, 2009.

FERRETTI, M.; KNIJNIK, J. D. A prática esportiva e atividade física podem educar pessoas atrás das grades? **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 7, n. 3, p. 59-73, 2009.

FORQUIM, J. C. **Escola & cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Digitalizado por Coletivo de sabotagem, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. 1ed., 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, W. B. A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 8, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000200015>. Acesso em: 12 jun. 2016.

GOMES, A. Z. J. S. **Remição da pena pelo esporte**. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/13696-13697-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

JULIÃO, E. F. A educação em espaços de restrição e privação de liberdade no Brasil perspectivas e concepções. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.16, n.32, p. 191-206, 2014.

KORSAKAS, P.; JUNIOR, D. R. Os encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófico-pedagógica. **Revista Mackenzie de Educação Física e esporte**, São Paulo, vol.1, n. 1, p. 83-93, 2002.

MORAES, A.M.; MORAES, B.M.; RAMOS, V.M. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 1, p. 47-54, 2014.

NUCCI, G. de S. **Manual de Direito Penal**. 7. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
PASTRE, M. A Educação Física na Busca da Excelência Humana e Acadêmica. 2001. 99 f. **Dissertação** (mestrado em engenharia de produção) - Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Princípios e boas práticas para a proteção das pessoas privadas de liberdade nas Américas**, Washington, 2016. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/principiosPPL.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

PETRELLI, R. **Fenomenologia**: teoria, método e prática. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

PINTO, G. O **processo de institucionalização de detentos**: perspectivas de reabilitação e reinserção social. Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v10n4/v10n4a09>>. Acesso em 04/07/2016.

REZENDE, A. M. **Concepção Fenomenológica da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

ROSA, Antônio José Miguel Feu. **Execução Penal**.1. ed. São Paulo: RT, 1995.

SILVA, **Prisão**: ressocializar para não reincidir, Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SOARES, C. L. **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SOARES, C. L. **Educação Física**: raízes europeias e Brasil. 3 ed. Campinas: Autores associados, 2004.

VARGAS, A. L. S. **A Educação Física e o Corpo Busca da Identidade**. Rio de Janeiro: Sprint, 1990.

ANEXO A – SÚMULA DE AVALIAÇÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

Título da Monografia:	
Nome do (a) Acadêmico (a):	
Orientador (a):	
Avaliador 1:	
Avaliador 2:	

Informação importante: O Bloco I de avaliação refere-se ao produto e terá um valor de 0 a 8 pontos, sendo que a pontuação mínima exigida para seguir no processo de avaliação será 6 pontos. O Bloco II refere-se a apresentação e arguição ao estudante elaborador da monografia e terá um valor de 0 a 2 pontos.

BLOCO I

Item	Descrição	O que deve ser avaliado	Valor máximo	Nota atribuída
I	Quanto à sua forma ou apresentação gráfica geral	a) Verificar se na estrutura do trabalho estão contidos: capa, folha de rosto, resumo, sumário, introdução, corpo do trabalho (desenvolvimento), considerações finais e referências; b) Verificar se o trabalho atende às normas expressas pela última versão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);	1,0	
II	Quanto ao tratamento aos pressupostos teórico-metodológicos e obras referenciais	a) Verificar se o estudo utiliza adequadamente as obras referenciais mencionadas no texto; b) Verificar se o estudo apresenta uma adequada discussão em relação aos referenciais teóricos e ao aprofundamento crítico-reflexivo; c) Verificar se o autor explicita o tipo de metodologia utilizada na pesquisa e/ou estudo realizado.	3,0	
III	Quanto à análise do objeto (conteúdos) de estudo	a) Avaliar o nível de aprofundamento dos conteúdos e sua relação/articulação com o problema de pesquisa; b) Avaliar a qualidade das análises realizadas pelo autor em relação ao material e às fontes utilizadas no estudo; c) Avaliar se o autor apresenta domínio/clareza sobre a dimensão conceitual relacionada ao objeto ou problema do estudo/pesquisa; d) Verificar se o estudo apresenta análises, reflexões e indicações quanto às novas possibilidades de investigação.	3,0	

IV	Quanto à lógica interna do trabalho e relevância do Tema	<p>a) observar se o texto apresenta coerência entre as partes (introdução, desenvolvimento, conclusão) e se os elementos imprescindíveis do trabalho acadêmico/científico estão sendo referenciados no estudo.</p> <p>b) observar se o estudo apresenta contribuições para a produção, aprofundamento e reformulação do conhecimento na área temática de Pesquisa;</p> <p>c) observar se o estudo apresenta reformulação ou inovação de novos conhecimentos no campo acadêmico e profissional em Educação Física;</p> <p>d) Observar se o tema apresenta ou estabelece relações com outros campos do conhecimento acadêmico científico.</p>	1,0	
		Nota parcial	8,0	

BLOCO II

Item	Descrição	O que deve ser avaliado	Valor máximo	Nota atribuída
I	Apresentação:	<p>a) Clareza na exposição</p> <p>b) Domínio do conteúdo</p> <p>c) capacidade de síntese</p>	1,0	
II	Arguição:	<p>a) capacidade de compreensão do questionamento</p> <p>b) capacidade de resposta</p>	1,0	
		Nota parcial	2,0	

Nome e Assinatura do Orientador: _____

Nome e Assinatura do Avaliador 1: _____

Nome e Assinatura do Avaliador 2: _____

Nota final: _____